

RESULTADOS DO LEVANTAMENTO DE PRIORIDADES DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES DA FUNAI

Em abril de 2024, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF) realizou uma Assembleia Geral das servidoras e servidores da Funai, que deliberou pela atualização da pauta de reivindicações da categoria. Para garantir um processo democrático e representativo, foi disponibilizado um formulário online, com prazo de preenchimento até 31 de dezembro de 2024, prorrogado até 31 de janeiro de 2025, solicitando aos servidores que classificassem por ordem de prioridade tanto as reivindicações gerais quanto as específicas da categoria, visando orientar o Plano de Lutas para 2025. A pesquisa coletou respostas de 18 servidores de diversas unidades da Funai, incluindo Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais, Frentes de Proteção e unidades da Funai Sede. Os resultados apresentados a seguir revelam as principais preocupações e demandas dos servidores da instituição.

Pauta Geral

O formulário revelou que, nas questões gerais do serviço público, existe uma demanda muito focada nos seguintes pontos:

1. **Questão salarial:** Destaca-se significativamente como a prioridade dominante, com 10 dos 18 respondentes (55%) colocando-a como prioridade máxima. A pontuação ponderada¹ (64 pontos) é mais que o dobro da segunda colocada.
2. **Estabilidade e estrutura de carreira:** A manutenção da estabilidade (30 pontos) e a isonomia de benefícios (26 pontos) completam o top 3 das preocupações.
3. **Condições de trabalho:** A redução da jornada sem redução salarial (19 pontos) e a regulamentação do trabalho remoto (15 pontos) também aparecem entre as prioridades.
4. **Pauta legislativa:** A retirada da Reforma Administrativa/PEC 32 (18 pontos) e a revogação da Lei do Marco Temporal (8 pontos) figuram entre as preocupações prioritárias.

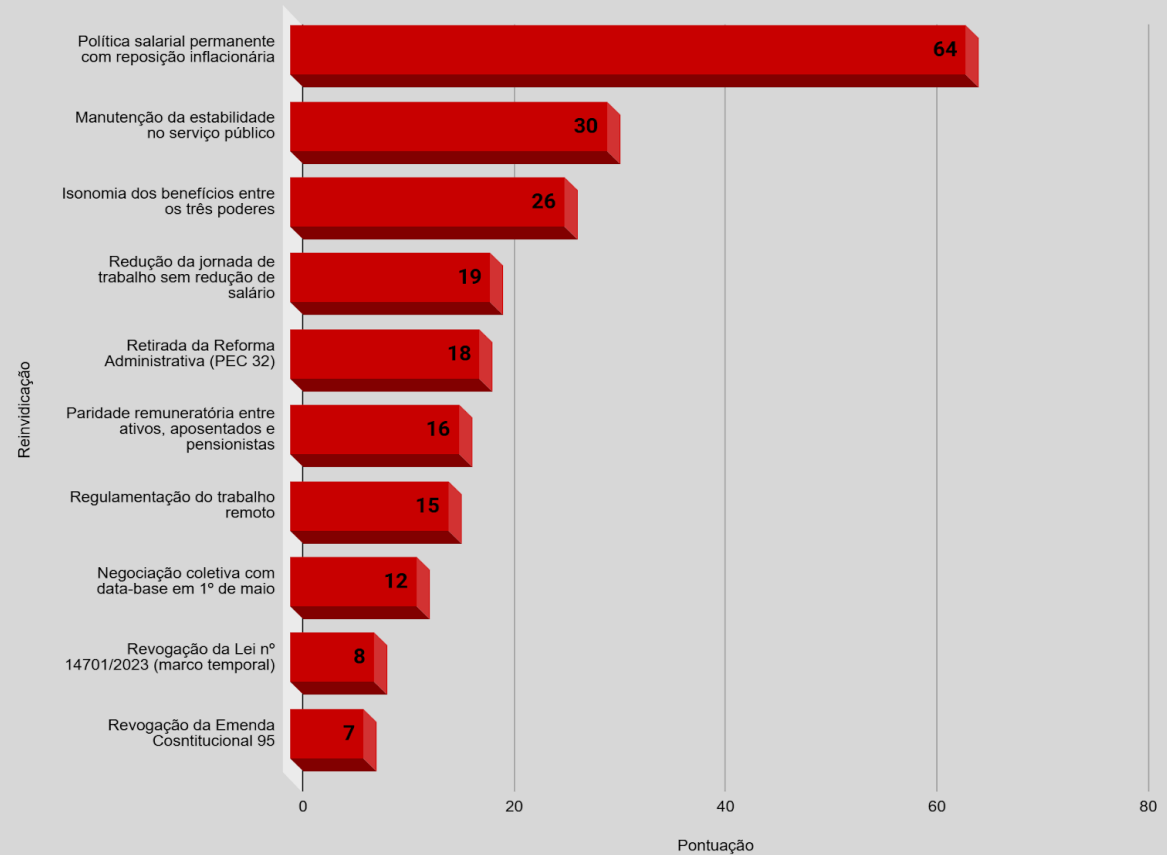
¹ No formulário da Funai, os servidores puderam classificar os itens em uma escala de prioridades de 1 a 5, onde: Prioridade 1 = prioridade máxima; Prioridade 5 = prioridade mínima. Para calcular a pontuação ponderada total de cada item, foi aplicada a seguinte fórmula: Pontuação = (Número de votos como prioridade 1 × 5) + (Número de votos como prioridade 2 × 4) + (Número de votos como prioridade 3 × 3) + (Número de votos como prioridade 4 × 2) + (Número de votos como prioridade 5 × 1).

Reinvidicações gerais	Pontuação	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Prioridade 4	Prioridade 5
Política salarial permanente com reposição inflacionária	64	10	3	0	1	0
Manutenção da estabilidade no serviço público	30	2	2	2	3	0
Isonomia dos benefícios entre os três poderes	26	1	3	1	2	2
Redução da jornada de trabalho sem redução de salário	19	1	1	2	1	2
Retirada da Reforma Administrativa (PEC 32)	18	1	1	1	1	4
Paridade remuneratória entre ativos, aposentados e pensionistas	16	0	3	1	0	1
Regulamentação do trabalho remoto	15	1	1	1	1	1
Negociação coletiva com data-base em 1º de maio	12	0	1	2	0	2
Revogação da Lei nº 14701/2023 (marco temporal)	8	1	0	0	1	1
Revogação da Emenda Constitucional 95	7	0	1	1	0	0
Regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público (Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho/OIT)	4	0	1	0	0	0
Discussão sobre diretrizes e reestruturação de cargos e carreiras com correções das distorções no serviço público	3	0	0	1	0	0
Participação das entidades em processo de debate criterioso sobre o Orçamento e também sobre a nova regra fiscal do governo Lula	3	0	0	1	0	0
Concursos públicos – com cotas sociais e manutenção das vagas de nível auxiliar e intermediário	2	0	0	0	1	0
Instalação das mesas setoriais de negociação com o governo (revisão do Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012, que organiza as mesas setoriais, bem como a Portaria nº 1.132, de 21 de julho de 2003, que dispõe sobre a mesa nacional de negociação com o governo	2	0	0	0	1	0

Instalação das mesas setoriais de negociação com o governo (revisão do Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012, que organiza as mesas setoriais, bem como a Portaria nº 1.132, de 21	2	0	0	0	1	0
---	---	---	---	---	---	---

de julho de 2003, que dispõe sobre a mesa nacional de negociação com o governo						
Retirada da PEC 65 (visa transformar o Banco Central em empresa de direito privado) da pauta do Congresso	2	0	0	0	1	0
Revogação de todas as medidas do desgoverno Bolsonaro (portarias, decretos, instruções normativas, dentre outros – ex. IN 02 de 2018 – obriga compensação de horas para atividades sindicais), que prejudicam os servidores e serviços públicos	1	0	0	0	0	1
Melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) para empresas públicas (Conab, Ebserh, Imbel e Valec)	0	0	0	0	0	0
Exigência da exoneração imediata de todos os cargos comissionados do ex-governo com denúncia de participação na indústria de processos administrativos - PADs e de perseguição de servidores	0	0	0	0	0	0

Pontuação reivindicações - Pauta Geral



Pauta Específica

Nas questões específicas do trabalho na Funai, os resultados mostram uma distribuição mais equilibrada de prioridades:

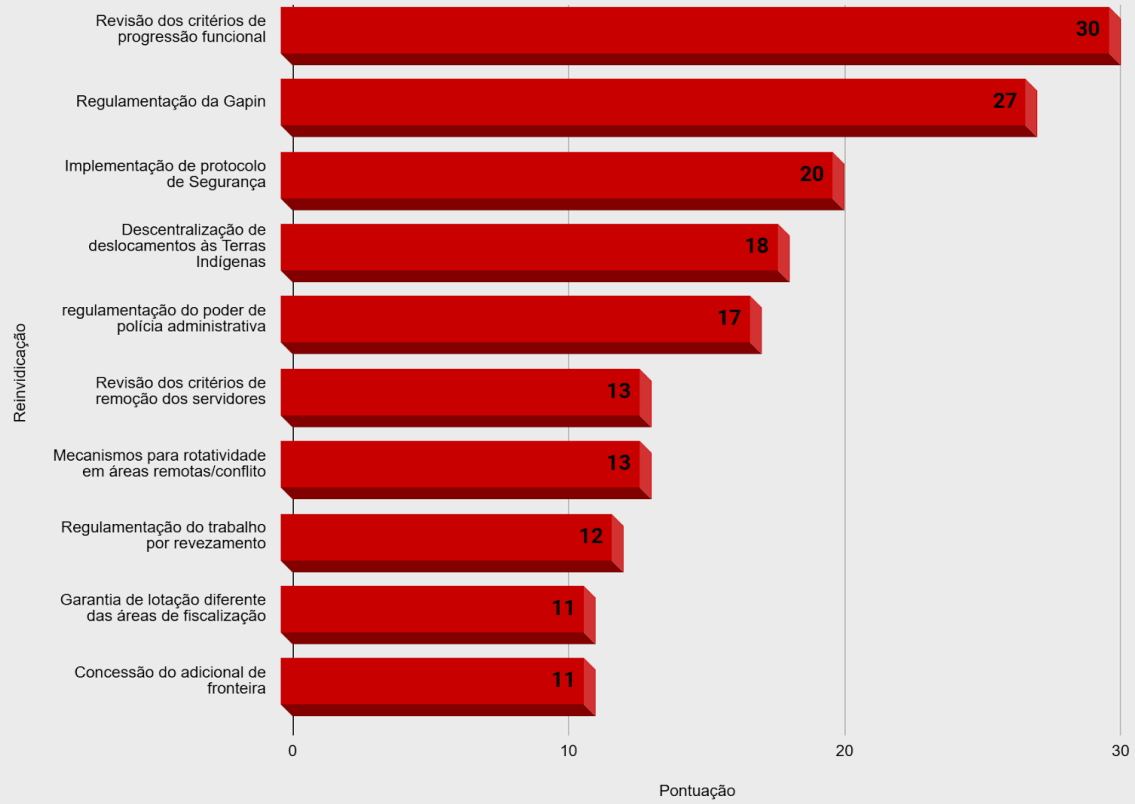
1. **Progressão e remuneração:** A revisão dos critérios de progressão funcional (30 pontos) e a regulamentação da GAPIN (27 pontos) lideram as prioridades, ambas com 3 votos como prioridade máxima.
2. **Segurança e autonomia operacional:** Implementação de protocolos de segurança (20 pontos), descentralização de deslocamentos (18 pontos) e regulamentação do poder de polícia (17 pontos) completam as cinco principais reivindicações 5.
3. **Mobilidade funcional:** Revisão dos critérios de remoção (13 pontos) e mecanismos para rotatividade em áreas remotas/conflito (13 pontos) também aparecem com destaque.

Reivindicações específicas	Pontuação	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Prioridade 4	Prioridade 5
Revisão dos critérios de progressão funcional	30	3	3	1	0	0
Regulamentação da Gapin	27	3	2	0	1	2
Implementação de protocolo de Segurança	20	2	1	2	0	0
Descentralização de deslocamentos às Terras Indígenas	18	2	1	0	1	2
Regulamentação do poder de polícia administrativa	17	2	0	1	1	2
Revisão dos critérios de remoção dos servidores	13	1	1	0	2	0
Mecanismos para rotatividade em áreas remotas/conflito	13	0	1	3	0	0
Regulamentação do trabalho por revezamento	12	0	3	0	0	0
Garantia de lotação diferente das áreas de fiscalização	11	1	0	2	0	0
Concessão do adicional de fronteira	11	0	0	3	1	0
Indenização dos servidores da Funai que se deslocam a serviço (restabelecimento do pagamento de diárias integrais), ainda que dentro do mesmo município de lotação, nas	9	0	2	0	0	1

ocasiões que exijam pernoite fora de suas residências, seja pela distância percorrida ou pela natureza do trabalho						
Criação de campanha de conscientização e canal de denúncia, investigação, tratamento, reparação e medidas punitivas a situações de assédio moral e sexual no local de trabalho	8	1	0	1		
Concurso público, com edital elaborado com o acompanhamento das entidades representativas dos servidores, atrelado à elaboração e articulação de medidas legislativas para readequação dos cargos disponíveis para a Funai, a medidas que visem a incorporação dos trabalhadores indígenas no quadro permanente de servidores e a um programa de capacitação que viabilize o exercício das atividades profissionais, assim como garantindo a pontuação por tempo de serviço/experiência profissional em indigenismo	7	0	0	1	1	2
Estimular a qualificação dos servidores por meio de editais regulares para conceder afastamentos para pós-graduação e licença capacitação, com critérios objetivos elaborados de forma participativa com as entidades representativas dos servidores	7	0	2	0	1	1
Regulamentação e implementação do pagamento de Adicional de Insalubridade e Adicional de Periculosidade aos servidores da Funai em condições específicas de atuação	7	1	0	0	0	2
Condições de trabalho indígena na Funai: Criação de um Grupo de Trabalho, com participação dos trabalhadores indígenas da instituição (permanentes e temporários), Ministério dos Povos Indígenas, representantes de organizações e associações indígenas, além das entidades sindicais, para ampla discussão sobre a situação dos trabalhadores indígenas que atuam na Funai, com o objetivo	3	0	0	0	1	1

de encontrar soluções para a valorização e a contratação permanente desses profissionais, compreendendo o problema da precariedade do vínculo de trabalho, da falta de isonomia entre trabalhadores indígenas e não-indígenas no órgão e a necessidade das formas de ingresso no serviço público contemplarem os conhecimentos tradicionais						
Estabelecer mecanismos de acompanhamento e prevenção a acidentes de trabalho, com o objetivo de garantir a observância às legislações trabalhistas	0	0	0	0	0	0
Reenquadramento dos cargos do PEC Funai no Plano de Carreira Indigenista, criado pela Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024	0	0	0	0	0	0

Pontuação reivindicações - Pauta Específica



Sugestões Adicionais

Os servidores contribuíram com diversas sugestões além das opções originalmente apresentadas no formulário. Muitos incluíram múltiplas reivindicações em suas respostas, e observamos que diversos pontos mencionados na pauta geral estão diretamente relacionados às particularidades do trabalho na Funai. Identificamos também que algumas das pautas sugeridas já constavam na listagem previamente disponibilizada para priorização, mas foram reforçadas como sugestões adicionais. Apresentamos a seguir as listas consolidadas de reivindicações:

Lista de sugestões adicionais às reivindicações gerais:

1. Mobilizar os servidores em prol da queda da escala 6x1 trazendo a discussão para nossa realidade.
2. Regulamentação interna de 1:1 banco de horas para servidores que atuam em campo.
3. Descanso semanal remunerado e em feriados em dias alternativos após retorno ou no curso de deslocamentos.
4. Protocolo para enfrentamento de danos psicossociais e assédios (entre servidores, entre indígenas e servidores, entre terceiros e servidores).
5. Criar carreira de analista administrativo na FUNAI para liberar indigenistas para ações finalísticas e reestruturar setor de compras e logística do órgão.
6. Avaliação periódica e treinamento para servidores que atuam com monitoramento e fiscalização ambiental (porte de arma iminente) quanto a condições físicas e psicossociais.
7. Apoio ao desenvolvimento e manutenção de habilidades afins (adicionais e apoios específicos relacionados à saúde e bem estar desses servidores).
8. Criação e respaldo de cargos estratégicos passíveis de serem ocupados por livre nomeação e exoneração, por servidores do quadro ou indígenas.
9. Institucionalização de critérios para controle social X vulnerabilidade a governos contra pauta indigenista.
10. Dotação orçamentária, disponibilidade de recursos e autorização de deslocamento imediata para ações de proteção territorial.
11. Ações para resgatar/fortalecer a confiança do público alvo na instituição e aumentar a coesão entre partes.
12. Reestruturar procedimentos internos relacionados à revisão periódica de normativas internas por parte de servidores do quadro em todas as instâncias (CTL a sede).
13. Intensificar fóruns técnicos de servidores do quadro para alinhamento, treinamentos, debates e encaminhamentos em diversas temáticas.
14. Outras ações para aumentar a coesão interna da instituição.

15. Propor alternativas para combater desvio de função de servidores que atuam nas unidades locais e regionais.
16. Criação de fundo para recepção de recursos com destinações especificadas por estado e temática para investimento na estruturação do órgão e quadro de servidores.
17. Implementação do Teletrabalho no âmbito da Funai de forma igualitária a todas as unidades, do nível Sede até as CTL's.
18. Adicional de insalubridade e penosidade.
19. Garantia da fiscalização do trabalho estendida aos servidores públicos.

Lista de sugestões adicionais às reivindicações específicas:

1. Incluir adicional de insalubridade, periculosidade e noturno bem como de fronteira para servidores.
2. Extensão dos adicionais inclusive para servidores que atuam na Amazônia azul.
3. Intensificação de ações de fiscalização nesses territórios para conter proliferação de crime organizado e outros ilícitos nessas aldeias.
4. Equiparação do PCI ao plano de especialista em políticas públicas e gestão governamental.
5. Revisão da progressão funcional para servidores que se afastaram para pós-graduação, que progrediram com conceito 2 (18 meses) automaticamente, o que atrasou sua progressão.
6. Revisão do entendimento pela CGGP/Funai sobre a progressão de servidores afastados para pós-graduação.
7. Regulamentação da GAPIN.
8. Regulamentação da Progressão.
9. Melhoria da Segurança dos Servidores.
10. Editais regulares de força tarefa considerando a necessidade de atuação e o perfil das pessoas envolvidas ao invés de indicação por "amizade".